

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Jilvane Schmitt Göhl

AVALIAÇÃO: UM DIÁLOGO NO REPENSAR SOBRE A PRÁTICA

Santa Cruz do Sul
2015

Jilvane Schmitt Göhl

AVALIAÇÃO: UM DIÁLOGO NO REPENSAR SOBRE A PRÁTICA

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Escola, do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Programa de Pós Graduação em Educação, como requisito para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientador (a): Dr. Alexandre Silva
Virgínio

Santa Cruz do Sul

2015

RESUMO

A avaliação é um dos temas centrais para a garantia da aprendizagem e, conseqüentemente, a condição para que a escola se torne um espaço da educação como um direito. Assim o estudo que segue objetivou situar a avaliação no processo de planejamento escolar, possibilitando diálogos entre o corpo docente, discente e comunidade. Para tanto, valeu-se das contribuições de Danilo Gandin, Ana Maria Saul, Maria Teresa Esteban, Paulo Freire, dentre outros, como suporte teórico. Para conhecer os aspectos importantes da dinâmica escolar, foi realizado um estudo qualitativo. Com efeito, recorreu-se à pesquisa-ação de modo a envolver os sujeitos com a reflexão e as ações resultado das mesmas. Como resultados preliminares pode-se antecipar que, o Projeto Político Pedagógico é importante documento que regulariza e orienta as reflexões do cotidiano. Na conjuntura atual o professor e o aluno precisam repensar suas ações e a escola precisa oportunizar espaços privilegiados de participação democrática ativa, na qual todos possam desenvolver a criticidade. A dinâmica do diálogo nas rodas de conversa com os alunos que constituem uma estratégia produtiva na qual o exercício da escuta é uma potência. Dentro deste panorama a gestão democrática possibilita ações compartilhadas, incentivando a participação das famílias contribuindo com informações e intervenções que oportunizam o sucesso das crianças no espaço escolar e social.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Democrática. Avaliação. Formação continuada. Diálogo.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 BASE TEÓRICA	7
2.1 GESTÃO DEMOCRÁTICA	7
2.2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	9
2.3 AVALIAÇÃO	11
2.4 FORMAÇÃO CONTINUADA	17
3 BASE METODOLÓGICA	19
4 AÇÕES ANALISADAS	23
4.1 ATRAVÉS DO DIÁLOGO, REPENSAR A PRÁTICA: A Avaliação Neste Contexto	23
4.2 TRANSFORMANDO A RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA	29
4.3 A DINÂMICA DO DIÁLOGO NAS RODAS DE CONVERSA	31
5 CONCLUSÃO	34
REFERÊNCIAS	37

1 INTRODUÇÃO

O professor prioriza a função da escola que é ensinar, entretanto apresenta resistência quanto às novas tarefas de educar e cuidar das crianças e jovens neste espaço de aprendizagem. Dentro deste contexto ressalto que na função de professor é necessário orientar, avaliar e elaborar propostas, interpretando e reconstruindo o conhecimento. Em virtude disso destaco aqui a importância do professor conhecer as especificidades de cada fase do desenvolvimento da criança e do adolescente, sendo um condutor e educador desse sujeito na sua relação com o meio.

Este estudo foi desenvolvido em uma Escola Estadual de Ensino Fundamental, localizada na região central da cidade de Lajeado/RS. Tendo por objetivo retomar o diálogo com o corpo docente e discente sobre o Projeto Político Pedagógico, documento da escola que foi reformulado, com uso de questionários e estudos em 2012. Este documento regulariza e orienta as ações pedagógicas, em especial para quem deseja a mudança. A avaliação como parte do PPP demanda ser amplamente dialogada entre professores, alunos e pais, na busca pela compreensão deste processo.

A metodologia da qual fiz uso foi a pesquisa-ação, já que esta valoriza as práticas educativas e portanto uma forma de refletir sobre o espaço educativo com intuito de buscar mudanças significativas no processo de formação pessoal e no processo ensino aprendizagem.

O professor deve pensar sobre a escola, suas experiências, como compreende e lida com o processo de aprendizagem do aluno. Ao analisar, refletir e conhecer mais sobre os desejos dos alunos neste ambiente de ensino, a escola. A formação Continuada espaço necessário para desafiar o professor a pensar a escola, expor suas experiências, realizar reflexões, pensar e criar novas ações.

A base teórica que deu sustentação as reflexões realizadas foi desenvolvida durante o Curso de Especialização em Gestão Escolar, o tema central da pesquisa-ação e reflexão foi avaliação. Sendo necessário o apoio de teóricos como Danilo Gandin, Ana Maria Saul, Maria Teresa Esteban, Paulo Freire, Sandra Corazza,

Clarice Traversini, Edgar Morin, Alexandre Virginio; entre tantos outros que colaboraram e enriqueceram as discussões e escritas deste trabalho.

Vale ressaltar que foi necessário revisitar o Projeto Político Pedagógico na intenção de reavaliar o próprio processo. Tal ação promoveu a discussão tão necessária ao professor no avanço da apropriação de linhas norteadoras do seu trabalho. Desenvolver saberes e aprendizagens que proporcionem ao aluno crescimento, autonomia, confiança e sucesso na aprendizagem de forma significativa.

Conforme o Projeto Político Pedagógico, a prática da avaliação na escola valoriza o sujeito na sua singularidade. A avaliação formativa busca diagnosticar as potencialidades do aluno e constatar problemas de aprendizagem e ensino. Diante de tal concepção é importante orientar professores para que construam um sistema de avaliação realmente formativo que acompanhe o processo de aprendizagem do aluno na sua individualidade. Na perspectiva de Veiga (2013, p.164), a avaliação é formativa e crítica, podendo ser instrumento de inclusão, de sucesso podendo assim caminhar para um processo de avaliação emancipatória.

Diante do proposto ressalto a importância das discussões e reflexões que possibilitam ao professor construir uma caminhada de conhecimento que lhe dê suporte no dia a dia da profissão. Destaco a resistência do grupo de professores para dar vazão a novos pensamentos que elevem o próprio potencial, sendo a formação pedagógica importante espaço de diálogo. Foi possível perceber o quanto foi positivo as rodas de conversa, reuniões de pais, mas destaco que sem a participação do professor e sua conscientização sobre a importância das rodas de conversa, este projeto seria somente mais uma tentativa de democracia no espaço escolar.

Sendo a educação um processo essencial ao desenvolvimento das sociedades, é razoável supor que as políticas educacionais favoreçam a integração do indivíduo junto ao tecido social.

2 BASE TEÓRICA

Este capítulo é dedicado à apresentação dos principais aportes teórico norteadores do meu trabalho, ramificado em quatro seções. Na primeira, descrevo a linha orientadora deste, qual seja, a concepção de gestão democrática; na segunda, o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Ensino Fundamental Irmã Branca; na terceira, aprofundar teoricamente o tema central deste trabalho: a avaliação; na quarta, a importância da Formação Continuada como processo cultural na vida do professor. Para efetuar tais discussões, tomarei como base os autores como: Danilo Gandin, (2013); Carlos R.J. Cury, (2005); Ilma P.A. Veiga, (2002); Ana Maria Saul, (1994); Paulo Freire, (1994, 2003), Celso dos S. Vasconcellos, (1998, 2002); Cipriano C. Luckesi (2002); Jussara Hoffmann, (1991, 2012); entre tantos outros que contribuem para uma escola democrática.

2.1 GESTÃO DEMOCRÁTICA

A gestão democrática, princípio constitucional (BRASIL, 1988) e ratificada pela LDB nº 9394/96, no Plano Nacional de Educação (2001) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013), é entendida como condição para que a escola se torne um espaço de participação efetiva de todos os segmentos, assegurando o respeito, dignidade, o trabalho coletivo e cooperação. Em outras palavras, professores, alunos, funcionários e pais em parceria constroem a condição para que a escola seja um real espaço para que os alunos, principais atores deste espaço, obtenham sucesso na aprendizagem de forma a se constituírem sujeitos autônomos do próprio processo de aprendizagem.

A gestão democrática vem sendo foco de discussões desde a Constituição Federal de 1988 e as escolas tentam redefinir seus espaços de organização interna e externa, na adequação a legislação. Ao buscar a participação e o envolvimento da comunidade, cria oportunidades para que todos os segmentos envolvidos possam

se expressar, na ânsia de que a escola seja um espaço de escuta, diálogo na oferta de um ensino de qualidade. Isto, segundo Galina (2007, p.2) exige tempo, esforço coletivo e predisposição de todos os envolvidos no processo.

A educação compreendida como bem público, direito de todos, dever do Estado e da família, garantida pela legislação brasileira conforme o art. 205 da CF está associado ao exercício da cidadania, onde o indivíduo através da educação busca sua emancipação. Cury (2005, p.17) destaca que a escola se torna pública como dever do Estado para que cada indivíduo possa se autogovernar como ente dotado de liberdade e ser capaz de participar como cidadão consciente e crítico de uma sociedade de pessoas livres e iguais. Além disso, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, Brasil (2013), conceituam que é por meio de um projeto educativo democrático e compartilhado, em que os professores, a direção, os funcionários e a comunidade unem seus esforços e chegam mais perto da escola que desejam.

O gestor e sua equipe, vice-diretor, coordenador pedagógico e orientador educacional, tem um importante papel no processo de construção e participação da comunidade na escola. Conforme a Lei Estadual nº 10.576/1995, atualizada até a Lei nº 13.990/2012 a eleição de diretores foi uma conquista da gestão democrática. Assim Cury (2005, p.18) afirma que uma equipe diretiva precisa lidar com recursos financeiros e humanos de forma eficiente, com transparência e impessoalidade, com autonomia e participação, com liderança e trabalho coletivo, com representatividade e competência. Considerando que a escola é uma instituição que oferecer o ensino como um bem público. Mas isto não assegura o imediatismo que a educação precisa para fortes mudanças, mas aponta a contribuição que o diretor tem para exercer alguma pressão sobre o Estado para que ele atue na direção desejada. Conforme Cury (2006, p.21):

Gestão é um termo que provém do latim e significa: levar sobre si, carregar, chamar a si, executar, exercer, gerar. Trata-se de algo que implica o sujeito e um dos substantivos derivados deste verbo nos é muito conhecido. Trata-se de gestatio ou seja gestação isto é: o ato pelo qual se traz dentro de si algo novo e diferente: um novo ente. Ora, o termo gestão tem sua raiz etimológica em ger que significa fazer brotar, germinar, fazer nascer. Da mesma raiz provém os termos genitora, genitor, germen.

A partir da etimologia da palavra gestão podemos pensar em vários processos a ela atrelados quando esta propõe uma ação democrática. Em outras palavras é construir uma escola justa e solidária; que acontece no diálogo nasce e cresce com o outro, no encontro das pessoas, na solução e articulação dos diferentes conflitos nela existentes, respeitando o caráter específico da comunidade. Assim, de acordo com Bastos (2005, p. 35):

Certamente o democrático não pode ficar restrito aos espaços da gestão. As aulas, o projeto pedagógico da escola, as atividades culturais, as relações dos alunos entre si e com seus professores/as e funcionários/as, as relações da escola com outras escolas e com a Secretária de Educação, com o bairro e com a cidade, as comunicações pedagógicas, enfim tudo que diz respeito à construção da experiência de novos saberes são mediados por práticas que podem sofrer profundas modificações na medida em que os sujeitos saiam de seu isolamento e construam grupos, redes ou núcleos. Em toda e qualquer atividade prática os sujeitos podem se organizar democraticamente, desde que essa prática se proponha a interferir na escola e na sociedade.

Portanto, gestão compartilhada não significa ficar no espaço escolar, mas sim sair deste espaço e buscar no município e no estado articular saberes e necessidades que possibilitem novas relações que venham a contribuir com o desafio da escola de melhorar a qualidade do ensino. Romper com paradigmas e diminuir as desigualdades, a discriminação e o preconceito e especialmente o que mais preocupa a sociedade atualmente, a violência. Tornar a criança e o jovem crítico, com novas posturas, que saiba realizar suas escolhas de vida de forma saudável sem prejudicar a si mesmo, aos outros e ao meio onde vive.

2.2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O Projeto Político Pedagógico é um documento que regulariza e orienta as ações pedagógicas. Conforme a Constituição Federal de 1988 traz em seu Artigo 206, inciso VI, quando afirma que o ensino será ministrado com base nos princípios da gestão democrática do ensino público. O conjunto de regras e princípios que se

condensam no projeto político pedagógico são descritos nos artigos 12, 13, 14 e 15 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n.º 9.394/1996.

O Projeto Político Pedagógico é um processo participativo, elaborado por todos os segmentos da comunidade escolar (pais, professores, alunos, funcionários, direção, Orientação Educacional e Coordenação Pedagógica), deve ser aprovado pelo Conselho Escolar e reconhecido pela mantenedora. Um importante instrumento na construção da identidade da escola, este é um projeto que precisa ser reavaliado periodicamente e sempre que houver necessidade, acrescentando os novos objetivos ou metas para que a escola seja uma instituição onde a educação busca transformar. Demo (1994, p.248), assim se refere a essa questão:

Existindo projeto pedagógico próprio, torna-se bem mais fácil planejar o ano letivo, ou rever e aperfeiçoar a oferta curricular, aprimorar expedientes avaliativos, demonstrando a capacidade de evolução positiva crescente. É possível lançar desafios estratégicos, como: diminuir a repetência, introduzir índices crescentes de melhoria qualitativa, experimentar didáticas alternativas, atingir posição de excelência.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Ensino Fundamental Irmã Branca foi amplamente discutido e reformulado em 2012 e com base neste documento houve a elaboração do ante projeto de intervenção. Conforme Veiga (2002), a escola é um espaço relacional. Destarte, a filosofia da escola Irmã Branca, (2012, p.4), traduz estas palavras quando destaca o cuidado consigo, com os outros, enriquecendo e melhorando as relações no espaço da escola.

Educar alguém em qualquer tempo e espaço é muito mais do que ensinar o que a humanidade já descobriu. É fazer descobrir a potência das relações no cuidado consigo mesmo e com os outros no aprimoramento do ser humano nos aspectos cognitivo e afetivo.

Há consenso de que a Escola precisa avançar em alguns aspectos, adotar novas metodologias em sala de aula e experimentar novas estratégias de ensino, mas não pode desviar-se de sua função principal que é ensinar. Neste sentido, surge outro aspecto do contexto atual, que vem invadindo a Escola: a ideia de respeito nas relações, incluindo valores, limites, direitos e deveres. A Escola e a

família têm sido na maioria dos casos, parceiras nas tomadas de atitude neste sentido. Conforme Veiga (2013, p.160):

A escola é um espaço relacional, um espaço sujeito a compromissos, colaboração e participação. É um espaço organizado de forma plural e diversa, que permite compreender a natureza desse espaço educativo, das relações e interações que aí ocorrem. A escola é um espaço em que se desenvolvem as relações entre indivíduos de diferentes culturas e onde também ocorrem comportamentos, tradições, costumes, ideias, opiniões, valores, expectativas, anseios, rotinas, entre outros.

A escola ao reconstruir seu Projeto Político Pedagógico buscou ouvir todos os segmentos: pais, alunos, funcionários e professores. Compreender como descrito por Gandin (2013), como pensa e se constitui a comunidade, o que queremos alcançar enquanto escola, a que distância estamos daquilo que queremos alcançar como escola e o que é necessário ainda ser feito para diminuir essa distância. Na verdade, planejamos o que temos intenção de realizar como escola, para a transformação dos sujeitos envolvidos e conseqüentemente da sociedade.

Por isso, o Projeto Político Pedagógico busca um rumo. Outro ensinamento de Veiga (2002, p.12,13) no sentido etimológico, o termo projeto vem do latim *projectu*, participio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para diante. Além disso, o PPP busca organizar o trabalho pedagógico da escola e a organização do trabalho do professor na dinâmica da sala de aula.

2.3 AVALIAÇÃO

O acompanhamento e o envolvimento do aluno, da família e do professor no processo ensino-aprendizagem pela equipe diretiva da escola tem sido a estratégia de ação, está vem sendo apontada como responsável pelos resultados positivos. Conforme Cury (2006), um projeto pedagógico de qualidade e da qual nasçam “cidadãos ativos” participantes da sociedade como profissionais comprometidos é compromisso de uma gestão democrática. Bortolini (2013), afirma que a escola, organização social, cultural e humana, onde podem ser tomadas importantes

decisões educativas, curriculares e pedagógicas. Assim, aprimorar estas relações e priorizar o aluno constitui o foco do plano de gestão.

Ao falar em escola é necessário reafirmar a importância da legislação. Um gestor precisa estar atento ao todo da escola. Bortolini (2013), afirma que o gestor escolar precisa conhecer a Legislação, pois é de sua responsabilidade a obrigação de resolver os problemas que surgem no âmbito da escola. É importante lembrar de que toda ação precisa ser planejada, buscar plena certeza de não prejudicar o aluno, a escola e a comunidade, pois ser gestor é pensar no coletivo. Conforme Cury (2006, p.1), vamos encontrar o seguinte esclarecimento:

Hoje, praticamente, não há país no mundo que não garanta, em seus textos legais, o direito de acesso, permanência e sucesso de seus cidadãos à educação básica. Afinal, a educação escolar é uma dimensão fundante da cidadania e tal princípio é indispensável para a participação de todos no espaços sociais e políticos e para (re)inserção qualificada no mundo profissional do trabalho.

É unânime entre pais, professores e outros profissionais das diferentes áreas, a ideia de que a realidade atual em que vivemos hoje, é de um mundo em transformação rápida. A velocidade nos assusta na medida em que a tecnologia, as descobertas científicas e a situação política Nacional e mundial nos afetam diretamente.

A escola recebe crianças e adolescentes com demandas diferentes. A escola é o espaço no qual muitos procuram encontrar a escuta para seus sonhos, problemas, dúvidas e necessidades. Mas, para alguns, este espaço acaba por se tornar um lugar onde são somente alunos. O que causa o mal estar na escola, pois não é desta forma que o adolescente quer ser visto, assim como conceituado pelo sociólogo François Dubet (1997, p. 231), em uma entrevista concedida à Revista Brasileira de Educação em setembro de 1996, durante breve estada no Brasil:

[...]os professores mais eficientes são em geral aqueles que acreditam que os alunos podem progredir, aqueles que têm confiança no aluno. Os mais eficientes são também os professores que veem os alunos como eles são e não como eles deveriam ser.

Por outro lado, a escola tem cada vez mais presente sua função de ensinar o que foi culturalmente construído ao longo de toda a história da humanidade nas diferentes áreas do conhecimento. Conforme Saul (2008, p.18), nos coloca e aqui uso de suas palavras para concluir meu pensamento: “[...] falar de avaliação é falar de gente, histórias, saberes, práticas e compromissos. Avaliação é, e será sempre, um tema relevante e atual.”

O Projeto Político Pedagógico (2012, p.11), traz em seu texto que a escola prioriza a avaliação formativa:

Nossa concepção de avaliação prioriza a avaliação formativa, compreendida com a articulação entre a observação e intervenção em todas as situações de aprendizagem e não apenas em situações pontuais estabelecidas pelo professor. [...] A avaliação acompanha o processo de aprendizagem servindo de referência para o planejamento. [...] A avaliação que importa é aquela que é feita no processo [...] e não apenas o produto.

Conforme a LDB e seus artigos 12, 13 e 24 determinam de que, os processos avaliativos, parte integrante do currículo, prescrevem o zelo pela aprendizagem dos alunos, do mesmo modo como vem caracterizado no PPP da escola. Dentro deste contexto a avaliação do aluno, realizado pelo professor e pela escola, é redimensionadora da ação pedagógica, assumindo caráter processual, formativo e participativo, contínuo, cumulativo e diagnóstico.

A avaliação do processo ensino aprendizagem, conforme o regimento da escola (2011, p.18, 19, 20), se encontra assim descritos:

A avaliação como processo sistemático de acompanhar, assistir e orientar a construção do conhecimento do educando, tem por objetivo auxiliá-lo na descoberta de suas habilidades e potencialidades num processo de auto avaliação constante. [...] Para que a avaliação se concretize é necessário que: seja ampla, cumulativa, contínua, cooperativa e descritiva dos processos. [...] A expressão dos resultados da avaliação do 1º ano ao 3º ano é através de Parecer Descritivo trimestral, sem retenção do aluno no final do ano (conforme Parecer CE 194/2011). Ao final do 3º ano o aluno será considerado aprovado para o 4º ano se atingir os objetivos voltados para o letramento e alfabetização. Do 4º ano ao 5º ano os resultados da avaliação é expressa através de Parecer Descritivo. [...] Ao final do ano letivo, no Parecer Descritivo do último trimestre, constará **A** - Aprovado ou **R** – Reprovado conforme o desempenho do aluno quanto aos objetivos

propostos. Os resultados do aproveitamento escolar do 6º ao 9º ano são expressos trimestralmente, em PONTOS, como segue:

1º. Trimestre – 30 pontos

2º. Trimestre – 30 pontos

3º. Trimestre - 40 pontos

Ao final do ano letivo, o aluno é aprovado se atingir 50 pontos, somados os pontos obtidos nos trimestres.

Considerar que o foco do plano de gestão é o aluno, há muito que dialogar para o professor compreender esta linguagem. De modo geral, suas práticas são baseadas em uma aprendizagem muitas vezes mecânica, de verificação das aprendizagens com provas, com conteúdo que não desafia o aluno, com tempo e espaço rígido, o que demonstra a fragilidade do professor com medo de perder sua autoridade criando assim as relações de poder e autoridade. Saul (1994, p.48/49), confirma que as práticas da avaliação têm gerado resultados desastrosos e desanimadores:

A avaliação da aprendizagem, definida como umas das dimensões do papel do professor, transformou-se numa “arma”, em um instrumento de controle que tudo pode. Através deste uso exacerbado do poder, o professor mantém o silêncio, a “disciplina” dos alunos; ganha a “atenção” da classe, faz com que os alunos executem as tarefas de casa, não esqueçam os materiais [...].

Entre tantas formas de avaliar o parecer descritivo é usado em muitas escolas. Este instrumento expressa os resultados do processo avaliativo, realizado através de trabalhos, provas, testes, atividades individuais e em grupo, relatórios, entre outros, conforme a opção de cada professor, escola, currículo, etc. O parecer descritivo tem sido produzido visando uma melhor forma de expressar as diferentes formas de ser aluno, de aprender, de comportamento e atitudes dentro e fora de sala de aula. Conforme Cardoso (2002, p.12):

O discurso dos Pareceres Descritivos é entendido, nos meios educacionais, como modo de expressão dos resultados de avaliação a respeito do desenvolvimento escolar individual do aluno, das suas relações com os colegas, professores e família. Expressam também a forma como os alunos cuidam de seus materiais escolares, como se dirigem aos professores e colegas, como produzem suas tarefas de casa, como participam das atividades de sala de aula, como se relacionam com as disciplinas escolares, que tarefas escolares devem cumprir, que tipo de comportamento e atitude devem ter em sala de aula.

Estes pareceres são entregues aos pais ou responsáveis ao final de cada trimestre, e ao final do ano letivo, em datas estipuladas no Calendário Escolar, onde também são materializados, por parte dos professores, sugestões para melhorar o desempenho, rendimento e comportamento do aluno. Tais pareceres significam a etapa final de um processo de monitoramento constante, no qual o aluno foi submetido ao olhar observador do professor, que na escrita dos resultados vai descrever como este aluno deve ser, falar, aprender e não aprender. Cardoso (2002, p.18), coloca que os pareceres descritivos fabricam um determinado ser escolar:

Uma fabricação que molda, regula, governa, controla, subjetiva as relações dos escolares tanto em relação aos outros – colegas, professores, familiares -, quanto a si mesmo. [...] A vida do escolar é administrada pelo discurso que moraliza suas condutas, gerando verdades sobre os outros e sobre si próprio.

Assim, conforme Thoma e Rech, (2008), os Pareceres Descritivos são um instrumento de avaliação que constitui modos de ser, de aprender e de viver, quase sempre constituindo identidades normais e aceitáveis pelo coletivo do espaço social em que este está sendo constituído.

Nos anos finais do ensino fundamental a atenção está voltada para a promoção através de trabalhos, exames ou provas, pois, ao aluno é atribuída uma nota de 0 a 30/40 conforme o trimestre e nesta atribuição de nota entra conhecimento, aprendizagem, disciplinamento, responsabilidade, atitude e comportamento.

A indisciplina, conforme Traversini (2011, p.2), é um “... desencaixe entre o que alunos e professores entendem como (in)disciplina na condição cultural contemporânea...”. De acordo com Virginio (2014), vive-se hoje uma ‘crise da escola’ enquanto instituição educativa. Cabe salientar aqui de que a crise de sentido que vive a escola é uma crise de descompasso entre texto e contexto, entre o que sugere o currículo e a vida cotidiana, entre os conteúdos e as necessidades e demandas da vida prática. Considerando ainda aqui a dificuldade de estabelecer um diálogo entre ensinantes e aprendentes. Pois o ensino hoje está desvinculado da realidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDB) 9394/96 em seu texto no art. 24, parágrafo V, conceitua de que avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre as eventuais provas finais. Conforme Richter (2008, p.14):

A Lei 9394/96 deixa bem claro que avaliação qualitativa deve prevalecer sobre a quantitativa, onde o aluno é avaliado como um todo, a percepção de seu crescimento, suas habilidades, atitudes, interesses e suas necessidades de aluno. A avaliação diagnóstica e contínua é a mais conveniente e adequada no processo pedagógico, oferecendo subsídios aos professores de acompanhar a aprendizagem do aluno como um todo.

Então o que seria uma avaliação quantitativa ou qualitativa, pensando em escola? Uma avaliação quantitativa constata e certifica para o aluno, os pais e a sociedade, o nível de determinado conhecimento ao finalizar uma etapa da aprendizagem. Conforme Saul (1994, p. 42, 43, 44), os resultados são do professor que tem como objetivo classificar o aluno, não considerando o processo de aprendizagem, mas o resultado de momentos. Em uma avaliação quantitativa o conteúdo é um fim em si mesmo. O conhecimento é fragmentado, dividido por disciplinas. O currículo, fracionado, estático, organizado por especialidades em especial, nos anos finais do fundamental, sendo que a aprendizagem ocorre através da repetição, memorização de forma cumulativa.

Já uma avaliação qualitativa busca orientar e identificar as mudanças que devem ser introduzidas no processo de aprendizagem para nortear e promover o aluno em seu próprio processo de construção de conhecimento. O professor compartilha os resultados com o aluno, situa este na sua dificuldade como mediador do processo de aprendizagem. O conteúdo é um meio para desenvolver diferentes saberes. O conhecimento é interdisciplinar, contextualizado, privilegia a construção de conceitos, criando sentido. O currículo é em rede, dinâmico, organizado por áreas de conhecimento e temas geradores. Sendo o processo de aprendizagem por mobilização, construção e expressão.

Avaliar então é uma coleta de informações referente aos processos realizados e sobre as dificuldades de aprendizagem encontradas pelos alunos visando ajustes ou inovações na ação educativa, ou seja, que objetiva uma

orientação construtiva no percurso escolar dos alunos. As regras que norteiam a avaliação na escola, em especial a avaliação que diz respeito ao indivíduo como aluno não é esclarecido para as crianças ou adolescentes. Muitas vezes, a avaliação é feita pelo professor em relação a uma aprendizagem que não se efetuiu, sendo percebida pelo aluno como uma avaliação negativa da sua pessoa.

Compreender que para cada ação docente existem várias interpretações possíveis e que a sala de aula deve favorecer a interpretação de experiências múltiplas, isto requer registro; não apenas registro na linguagem escrita, mas registros em várias linguagens. Conforme Vasconcellos (1998, p.47), que se utiliza da seguinte argumentação:

O conhecimento não tem sentido em si mesmo: deve ajudar a compreender o mundo, e a nele intervir. Assim sendo, compreendemos que a principal finalidade da avaliação no processo escolar é ajudar a garantir a formação integral do sujeito pela mediação da efetiva construção do conhecimento, a aprendizagem por parte dos alunos.

Um processo contínuo no sentido de haver várias atividades, oferecendo diferentes situações avaliativas para que diferentes habilidades sejam trabalhadas, permitindo que o aluno seja respeitado em sua diversidade.

Portanto avaliar requer o envolvimento por parte do corpo docente por inteiro. É a atividade que mais impulsiona mudança e talvez aí esteja a causa do porque este assunto traz estranhamento aos docentes.

2.4 FORMAÇÃO CONTINUADA

A diversidade cultural, social, política e tecnológica interfere diretamente nos modos de ser, fazer e conhecer o mundo. Neste contexto, o professor vem construindo sua caminhada em diferentes funções, mas, ao estudar este não

consegue superar as formas tradicionais, reproduzir modelos de docência, construir uma trajetória de repetições. Desta forma o professor necessita estar atento aos novos desafios, compreender a cultura na qual o aluno está inserido, adquirir uma cultura profissional que lhe traga conhecimento no exercício da docência, domínio das competências pedagógicas, trabalho em equipe e compromisso social. Sendo assim, a formação continuada é de extrema importância para o ampliar dos conhecimentos, conforme Virginio (2015, p.2):

Em seu cerne, a formação continuada de professores diz respeito aos espaços-tempo em que estes profissionais, individual ou em equipe, vivenciam experiências de aprendizagem e/ou de investigação visando melhorar seus conhecimentos, competências, de modo a aperfeiçoar sua atuação profissional.

Mais do que isso, a formação continuada precisa ser um espaço para que haja a troca de experiência e o diálogo de colocar em dúvida o que vem sendo produzido no espaço da escola. Desafiar professores para que exponham suas práticas, seu modo de fazer, possibilita contribuir para compreender as transformações sociais e a resolver problemas com os quais os professores são confrontados no dia a dia da escola. O parágrafo um tanto longo que me permito transcrever, fundamenta as palavras descritas até aqui e reforçadas por Virginio (2010, p.1):

[...] as possibilidades transformadoras do diálogo, mormente na formação continuada de professores. Em um contexto marcado pelo desafio de construção de outras relações entre escola e sociedade e de qualidade na educação escolar, os professores são sujeitos centrais em qualquer processo de mudança educacional. Sem desconsiderar os obstáculos colocados ao exercício da profissão, procuramos destacar o potencial do diálogo na formação do professor, em especial como caminho para a emergência de outras formas de pensar e agir, mais refratárias e reificações cotidianas e mais receptivas ao que pode ser autêntico e inovador.

O artigo 3º da LDB, ao definir os princípios da educação nacional, prevê a valorização do profissional da educação escolar. Tendo como objetivo o desenvolvimento pessoal e profissional do professor na sua atuação docente na atual conjuntura. A escola, como importante espaço de formação, colabora neste processo de formação significativa, garantindo ao professor espaços para

planejamento, discussão, reflexão, estudos, cursos que oportunizem a formação permanente. Um dos desafios da gestão democrática é estimular e articular a criação e sustentação de um ambiente propício à participação, tendo consciência de que para aceitar o grande desafio do desenvolvimento há necessidade de envolver toda a comunidade escolar neste processo que visa melhorar a qualidade do ensino. Paulo Freire (2003, p.38), em sua obra nos provoca: “A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer.”

Vale ressaltar ainda que ao oportunizar momentos de reflexão e pesquisa ao corpo docente, a escola suscita novas formas de pensar e produzir modos de vida no espaço escolar. Considerar que a função da escola vem sendo ampliada, sendo um espaço de ensinar, aprender, de proteção e de inclusão, com aumento da jornada escolar, viabiliza as crianças outras experiências culturais. A escola, espaço por onde todos passam, tornou-se objeto de diversos programas governamentais. Assim sendo a importância da formação continuada na vida profissional do professor, compreendendo a escola como um espaço de relações.

3 BASE METODOLÓGICA

A metodologia da qual me apropriei para provocar mudanças nas práticas da escola é a pesquisa-ação. Segundo Franco (2005, p.487), a pesquisa-ação pressupõe uma pesquisa de transformação, participativa, caminhando para processos formativos.

Sendo a pesquisa-ação um exercício pedagógico, de valorização da prática educativa, para a formação e emancipação de todos os sujeitos envolvidos, proponho refletir sobre o que os professores esperam da escola enquanto espaço educativo. Como compreender a própria formação e ainda, quais os diálogos e saberes necessários para sustentar a prática educativa nos processos de aquisição da aprendizagem do aluno? Baseado neste contexto Franco (2005, p.496),

considera que a pesquisa pode ter objetivos a mudança, a compreensão das práticas, a resolução dos problemas, a produção de conhecimentos e a melhoria de uma situação. Assim, ao analisar, refletir e conhecer mais sobre a atuação do docente, o professor expõem de forma construtiva seus saberes, ressignificando o que faz ou pensa, na troca com o coletivo. Tal fator influencia no trabalho de todos os envolvidos no processo.

Franco (2005, p.500) exemplifica: ... “pesquisa-ação é falar de um processo que deve produzir transformações de sentido, ressignificações ao que fazemos e pensamos. A transformação de sentido implica reconstrução do próprio sujeito”. A pesquisa-ação conforme Richardson (2014) é analisar diversas possibilidades de ações que contribuam à solução do problema.

Os procedimentos utilizados para desenvolver a pesquisa-ação deste projeto foram a leitura e análise dos documentos como o Projeto Político Pedagógico (2012) e o Regimento Escolar (2011). Observações realizadas através do olhar atento as diferentes situações, falas do grupo de professores, alunos e pais que no seu amago nos trazem muitas verdades. Ao oportunizar reuniões, palestras, jornadas pedagógicas que no tempo e espaço apropriado operem mudanças na forma de pensar, levando o professor a duvidar do próprio pensamento, refletindo e reavaliando suas ações. Aplicação de um questionário aos professores sobre o que estes esperam da escola, como forma de análise. Portanto, conforme Franco (2005, p.501):

Assim reafirmamos que a pesquisa-ação pode e deve funcionar como uma metodologia de pesquisa, pedagogicamente estruturada, possibilitando tanto a produção de conhecimentos novos para a área da educação, como também formando sujeitos pesquisadores, críticos e reflexivos.

Trago a seguir um prevê histórico da escola a termos de conhecimento. O Grupo Escolar Florestal, anexo ao Grupo Escolar Fernandes Vieira, teve como marco de suas atividades escolares a data de 1º de outubro de 1960, quando foi empossada como diretora a professora Vera Beatriz Paranhos Santafé, que administrou a escola no período de 1960 a 1962. Em 1961, foi legalmente criado no Município de Lajeado, o Grupo Escolar Florestal, que por um período denominou-se Escolas Reunidas de Subúrbios – Florestal. Passando a ser chamado em 1962 de:

Grupo Escolar na Sede Florestal. Em maio de 1979, por escolha da comunidade, passou a denominar-se Escola Estadual Irmã Branca – 1ª a 4ª série. Com a expansão da Escola e expressivo número de alunos a mesma precisou ser reorganizada e em 1986 e passou a designar-se Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Irmã Branca, que já em março de 1992, por conta do contínuo aumento no número de alunos passou a oferecer 7ª e 8ª séries.

Localizada na Rua XV de Novembro, 426, no Centro da cidade de Lajeado, sob a jurisdição da 3ª Coordenadoria de Educação vinculada à Secretaria Estadual de Educação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (SEDUC) – Estrela, em dezembro de 2000 a escola passou a designar-se Escola Estadual de Ensino Fundamental Irmã Branca. Hoje a escola atende a cerca de 640 alunos, da Educação infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental e por reivindicação de sua comunidade, luta pela implantação do Ensino Médio. Seu quadro de professores e funcionários é atualmente composto por 50 profissionais.

Definir rumos, pensamento que acompanhou a equipe diretiva durante as primeiras reuniões pedagógicas em que foi construído o calendário escolar. Ao reunir professores, Conselho Escolar e o Círculo de Pais e Mestres, solicitamos ao grupo discutir e analisar as possibilidades de potência através do diálogo para o avanço da construção da identidade do “ser professor” (Virginio 2012). Assim, através da pergunta criar situações de diálogo que possibilitem ver os erros, as contradições dos processos, verificar e perceber que as ações não estão funcionando como deveriam. Desde ponto de vista trago a citação de Virginio (2012, p.7):

[...] para dinamizar o campo do diálogo compreendemos que a pedagogia da pergunta se constitui numa ferramenta importante no sentido de fazer emergir os pressupostos e/ou interpretações que orientam o entendimento cotidiano, sobretudo a prática pedagógica, para que se possa, com uma intencionalidade pedagógica e política definida, confrontá-la com outras interpretações de caráter mais profundo.

Ao falar de aluno, conteúdo, procedimentos não escapamos de avaliar. Na formação pedagógica, procedimento escolhido para problematizar o tema deste Projeto de Intervenção buscou aprofundar com os professores as discussões, mas

acima de tudo procurou questionar o que vem sendo proposto enquanto PPP (2012) e conforme Franco (2005, p.485):

“...a transformação da prática a pesquisa e ação podem e devem caminhar juntas. O professor ao adentrar em um processo contínuo de revisão da própria prática, acaba incorporando atitudes na direção de constituírem-se em investigadores no contexto da prática.”

Sandra Corazza (2004, p.21), em seu texto realiza questionamentos e reflete sobre o currículo, e do quanto este é vivo e em constante transformação e do quanto é necessário por parte do professor estar em constante busca, pesquisa:

Para ser pesquisador, cada um deve operar na penumbra do não sabe direito o que é: na penumbra da eficácia simbólica da linguagem. Que percorra os rizomas das significações culturais, que o fertilizam, para praticar a pesquisa educacional de forma poética. Pesquisar-poetar: viver, em uma palavra. Arriscar, assumir o risco da morte, que é estar viva/o. E, assim, realizar sua sina e situação de estar no mundo, viva/o, sem considerar-se um produto acabado.

Como equipe diretiva busca-se observar, como nos traz Freire (2003) a observação é a ferramenta básica neste aprendizado da construção do olhar sensível e pensante. Um olhar que envolve atenção, buscar analisar e trazer ao professor e aluno os subsídios necessários para que todos os sujeitos envolvidos nas práticas educativas obtenham a garantia da aprendizagem.

Considerar tais colocações tornou possível valorizar o Projeto Político Pedagógico junto ao corpo docente e comunidade; viabilizar o diálogo dos professores com os alunos ao construir o contrato didático; dinamizar o diálogo entre professores, alunos e equipe diretiva através das rodas de conversa e facultar reuniões de pais e eventos que aproximem a escola da comunidade em uma relação de trocas e construção de saberes.

Para tanto, elenquei os seguintes propósitos para o Projeto de Intervenção:

- (a) Proporcionar o estudo sobre a temática avaliação;
- (b) Orientar professores na construção de um sistema de avaliação formativo que acompanhe o processo de aprendizagem do aluno na sua individualidade através da formação continuada;
- (c) Oportunizar a escuta e a fala do aluno, no processo de lidar com as emoções, sentimentos e da relação com o espaço social coletivo (escola);
- (d) Possibilitar uma

gestão democrática, através da participação das famílias visando a melhoria e qualidade do trabalho realizado na escola.

4 AÇÕES ANALISADAS

4.1 ATRAVÉS DO DIÁLOGO, REPENSAR A PRÁTICA: A AVALIAÇÃO NESTE CONTEXTO

A formação continuada é extremamente importante para suprir as necessidades deste professor e acompanhar as mudanças de um currículo interdisciplinar tão necessário na atualidade. Uma escola que vivencia a gestão democrática está aberta à ouvir a sua comunidade: alunos, pais, professores e funcionários. A equipe diretiva realiza reuniões semanais de 2 horas refletindo e dialogando sobre as necessidades e angustias que permeiam o dia a dia da comunidade buscando estudar e pesquisar formas de orientar e trazer subsídios que fortaleçam a equipe docente e discente. A luz do objetivo que sustenta este trabalho que é estudar, refletir e pensar o processo de avaliação interessa-nos, portanto, mostrar o que construímos como potência de pensamento.

Na primeira reunião pedagógica, com o grupo de professores, (grupo este formado pelos professores da Educação Infantil, Anos Iniciais e Anos finais do fundamental), foi proposta a reunião em grande grupo, pois compreendemos que ao compartilhar em conjunto as dúvidas, angustias podemos ter ideias, sugestões e o aprimoramento das práticas pedagógicas. A questões que angustiam e preocupam a equipe diretiva, o fato da escola ter pouca rotatividade de alunos. Sendo uma comunidade onde estudantes iniciam sua vida escolar na educação infantil e permanecem até concluir os anos finais do fundamental, sair deste espaço para o ensino médio público ou privado.

Com 640 alunos e um corpo docente qualificado, vale ressaltar que os professores são todos graduados e nos anos finais do fundamental a maioria com

especialização, por que ainda temos alunos que não conseguem acompanhar e se tornam repetentes. Cabe aqui lembrar que ao democratizar o sistema escolar, todos têm direito ao acesso da escola, mas conforme Esteban (2013, p.23), “cresce o número daqueles que não conseguem responder adequadamente às exigências escolares, constituindo um problema em seu próprio interior”.

Buscar respostas e para compreender como pensa o professor, realizamos uma pesquisa, onde uma das questões foi: quais as maiores dificuldades enfrentadas na escola hoje? De 40 questionários entregues somente 14 retornaram, destes, 7 professores responderam que falta comprometimento das famílias; 3 responderam que a indisciplina dos alunos é uma dificuldade; 1 professor se referiu ao espaço físico, material pedagógico, professor de apoio e de reforço e 1 professor fez menção a convivência e resistência de alguns professores e mais oferta de espaço para trocas e construção de estratégias/conhecimento entre professores. Ao levar em consideração esta perspectivas, é importante situar como afirma Esteban (2013, p.28):

O modo como os professores e professoras percebem sua prática é importante na medida em que os(as) entendemos como sujeitos que constroem conhecimentos sobre sua prática profissional, que estão mediados por seus múltiplos conhecimentos, sentimentos, valores, crenças, finalidades e percepções. Para não cair no neotecnicismo (tão ao gosto da ideologia neoliberal), a formação docente tem que pôr ênfase na dimensão humana do processo de ensino-aprendizagem, fundamento de todo trabalho educativo.

Ao questionar professores em conselho de classe sobre alunos que apresentam dificuldades a partir do 6º ano ao 9º ano, estes são unânimes em afirmar de que eles (os alunos), não querem nada com nada; não sabem nada; as famílias não são comprometidas; eles (os alunos) são indisciplinados. Em razão dessa situação é importante salientar aqui o PPP (2012, p.6) da escola quando trata do aluno e a demanda no contexto atual, pois este aponta como diferencial da escola a presença dos pais:

[...]O acolhimento e o atendimento aos alunos e seus familiares tem sido reconhecido como um diferencial da Escola, sendo solicitado seguidamente por pais e alunos, a continuidade com o Ensino Médio. Outras solicitações como oficinas e aulas no turno inverso, estudo (pesquisa, trabalhos em

grupo), palestras aos pais e alunos, são encaminhadas à direção pois a família vê a Escola, como parceira na Educação das crianças e jovens.

Se este aluno ao qual o professor dos anos finais se refere, é nosso aluno desde a educação infantil, onde foi que o perdemos?

O próprio PPP (2012) responde em partes esta questão, considerando que nos anos finais o aluno perde o vínculo com um único professor, sendo necessário por parte do aluno lidar com diferentes pessoas e saberes, muitas responsabilidades, pois a partir do 6º ano o tempo e o espaço muda. O tempo está dividido em 5 períodos e o espaço, fragmentado em disciplinas. É importante destacar de que o aluno emocionalmente precisa lidar com suas mudanças como ser que está em transformação, em um ritual de passagem entre o ser criança e ser adolescente e atender ao compromisso de ser um bom aluno, corresponder aos professores, aos pais e a escola.

Ao iniciar as reflexões com o grupo de professores, foi pensado nas seguintes questões: Como a escola procura se manter inserida na sociedade contemporânea? Com as transformações sociais, o direito ao acesso e a super lotação as escolas buscam se reinventar. Segundo Esteban (2013, p.22):

O presente exige a recuperação do movimento, sempre permeado por tensões e lutas de caráter popular. Numa realidade constituída pela diferença cultural, complexa e multifacética que, como um caleidoscópio, tem suas formas refeitas dependendo do olhar e dos movimentos, a vida cotidiana se revela local privilegiada de contradições em que emergem traços contra-hegemônicos que também constituem e (re)definem a realidade, as possibilidades de sua interpretação e as alternativas para uma intervenção.

Após lançar esta questão o silêncio entre o grupo de professores foi geral. Este silêncio também pode ser interpretado como uma resposta, com certeza este professor busca explicações nos fatos do cotidiano, na relação professor x aluno. Na sequência foram realizados os seguintes questionamentos. O que seria este desencaixe? A pergunta vem para inquietar, pois na fala dos professores a culpa sempre é do aluno, dos pais, da sociedade, dificilmente do professor, como equipe diretiva podemos não estar enxergando algumas situações. Porque estaria a escola desencaixada? Por um lado vou destacar de que os professores e a escola tenta se encaixar constantemente, quando busca transformar suas práticas; trabalha através

da pesquisa, leva os alunos a refletir sobre o meio em que vive, realiza ações sociais, capacita às lideranças, desenvolve o uso das mídias, dá voz ao Grêmio Estudantil da escola e acima de tudo busca o diálogo como forma de solução dos conflitos. Como descrito por Traversini (2011, p.11), “[...] algumas escolas têm lidado com o desencaixe como forma de existência da escola contemporânea, talvez, por isso elas estejam contribuindo para problematizar nossos discursos docentes.” Por outro lado, pensando nas muitas frases verbalizadas pelo grupo de professores, destaco a menção falta de interesse, desmotivação dos alunos pelo estudo, que assombra os corredores da escola. Além disso, também foi citada a indisciplina, através do enfrentamento aos professor. Como dito, por uma professora “Há, mas quando é para se organizar para gincana, sarau, teatro, jogos escolares eles logo estão prontos.”

Em que as disciplinas poderiam contribuir? A escola e os professores estariam desenvolvendo currículos inadequados ou obsoletos aos alunos? Alguns professores apontaram que os planos curriculares precisam ser revistos, outros apontaram que sim, são enfadonhos, pois deixam as crianças cansadas, mas uma grande maioria tem a opinião de que temos pouco conteúdo e que os alunos é que não avançam e são desinteressados. Em virtude disso ensinamos aquilo que somos, para ensinar precisamos estar abertos para aprender! A informação precisa fazer sentido, ao ter sentido cria ao aluno a possibilidade de religar os saberes já construídos, passando a conhecimentos mais complexos.

O princípio do conhecimento pertinente, trago por Morin (2000) é o que nós faz dialogar e desafia a escola: O que é pertinente conhecer? O aluno fará relação com o saber diante do que o professor lhe mostrar e o quanto este está aberto ao processo do ensinar e aprender. Desenvolver a aptidão geral de compreender e enfrentar os problemas, para contextualizar e globalizar os saberes. Aos professores foi sugerido que realizem planejamentos conjuntos, conversando e dialogando na possibilidade de trabalhar a interdisciplinaridade e a transdisciplinariedade, socializando os saberes e os conteúdos. Mas, diante do fato, o espaço para planejamento está longe de ser o ideal, às duas horas de reunião pedagógicas semanais não dão conta de todo estudo e planejamento necessários para as mudanças e desafios colocados ao professor, na visão de Vasconcellos (2002, p.122) um dos fatores que desanima muito os professores é a ruptura do processo

de planejamento. É através do trabalho coletivo, da troca, da revisão do projeto de ensino-aprendizagem que o professor vai rediscutindo, dialogando e melhorando suas práticas.

Pensando na configuração da escola, é necessário levar em consideração sua função, o currículo, os conteúdos, seus objetivos, a metodologia que escolhemos e por fim como avaliar. Buscar com o grupo de professores dos anos finais produzir os contratos didáticos (Aquino 2003), foi uma possibilidade do professor interagir mais com o aluno, no diálogo sobre os conteúdos propostos, havendo uma conversação sobre os conhecimentos prévios destes e combinando com as turmas formas de avaliação dentro do trimestre. Este processo possibilita ao professor abrir espaço para discutir, refletir e enxergar aí uma potência para dialogar e conhecer a turma. Além disso, foi possível observar como pensa este professor sobre o diálogo com os alunos, visto que a maior dificuldade da atualidade está em deixar espaço ao aluno em mostrar o que sabe, para que a partir destas hipóteses o professor realize as suas intervenções, proporcionando o desenvolvimento da aprendizagem.

Ao pensar em grupo, refletimos e dialogamos. Como professores sempre enxergamos nossas ações como as mais acertadas, mas e o aluno? Ele não enxerga da mesma forma. Então, qual é a função da escola? Como se percebe, não é simples uma apresentação desta questão, mas Gadotti (2000, p.8), nos responde:

Hoje vale tudo para aprender. Isso vai além da "reciclagem" e da atualização de conhecimentos e muito mais além da "assimilação" de conhecimentos. A sociedade do conhecimento possui múltiplas oportunidades de aprendizagem: parcerias entre o público e o privado (família, empresa, associações, etc.); avaliações permanentes; debate público; autonomia da escola; generalização da inovação. As *consequências* para a escola e para a educação em geral são enormes: ensinar a pensar; saber comunicar-se; saber pesquisar; ter raciocínio lógico; fazer sínteses e elaborações teóricas; saber organizar o seu próprio trabalho; ter disciplina para o trabalho; ser independente e autônomo; saber articular o conhecimento com a prática; ser aprendiz autônomo e a distância.

Ao realizar uma pesquisa com os pais dos alunos percebemos que “[...] atualmente, considera-se que a família e escola assumem responsabilidades complementares no que diz respeito à educação das crianças e jovens.” (Saraiva e

Wagner 2013, p. 740). Da mesma forma, os pais relatam na pesquisa que é essencial essa parceria entre família e escola de maneira que compreendem que existe essa parceria. Destaco alguns relatos:

A: Nós esperamos que a escola trabalhe em conjunto com a família, pois só há educação quando ambas seguem o mesmo caminho. B: A escola e a família precisam ser parceiras na educação das crianças para que o resultado de todo esse processo seja positivo. C: Esperamos que a escola trabalhe com os alunos de forma de interagir com as crianças e com os pais. D: Esperamos a construção de um sujeito educado, respeitoso e capaz de superar dificuldades, (construção essa entre família e escola, juntas).

O propósito da pesquisa foi analisar o que as famílias esperam da escola para a educação de seus filhos, buscar conhecer o desejo que permeia o núcleo familiar, fator este que influencia o trabalho dos docentes. “A Família e a Escola são instituições que compartilham a tarefa de preparar e encaminhar os sujeitos para a vida nos seus mais diversos aspectos.” (Saraiva e Wagner 2013, p. 740). Com isso Saraiva e Wagner tende a relatar o papel no qual a escola precisa estar juntamente com a família integrado para que a criança possa interagir aprender, respeitar e ser feliz dentro e fora da escola. Logo é necessário que haja essa união entre família e escola para que o aluno consiga vivenciar momentos positivos.

Eis que a diversidade nos traz como potência um novo tempo com um legue de ações que desenvolvem o sujeito para a criticidade. Por outro lado, o professor quer ser reconhecido pelo que ensina e o aluno quer ser compreendido pelo tanto de empenho que coloca nas suas ações. Como descrito por Esteban (2013, p.30):

O modo como a escola, o(a) professor(a) e o(a) aluno(a), sujeitos do processo de ensino-aprendizagem, assumem o diálogo entre o saber e o não saber dentro do movimento de construção de conhecimentos organizado pela escola é importante articulador do movimento de manutenção/transformação das práticas pedagógicas e, em consequência, da produção dos resultados escolares.

Os alunos nasceram digitais e para tanto a escola também precisa mudar, pesquisar, explorar. É necessário que a escola compreenda o aluno em seu tempo e espaço, de forma a contemplar a aprendizagem significativa. Algumas possibilidades se abriram, mas outras ainda lutam para não desacomodar, mas diante da realidade social o que temos é professores buscando fazer o melhor.

4.2 TRANSFORMANDO A RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA

O acompanhamento e o envolvimento do aluno, da família e do professor no processo ensino-aprendizagem pela direção, orientação e coordenação pedagógica da escola tem sido a estratégia de ação usada e está vem sendo apontada como responsável pelo resultado positivo nos encaminhamentos realizados. O projeto diretivo visa a formação de cidadãos, no sentido específico da palavra. É preciso considerar que através de uma prática democrática e aberta a sugestões e críticas que se efetivará tal objetivo. A “escuta “dos alunos, professores, pais e funcionários surge como meio de possibilitar a criação coletiva / em parceria, de estratégias para cada situação.

A gestão escolar tem em Paulo Freire, os princípios norteadores das práticas democráticas no espaço escolar, pois considera o sujeito (suas vivências, o meio onde vive seus sonhos...) como ponto de partida do planejamento e da ação. Realizar assembleias e reuniões de pais, com formação de grupos menores, mostrar a caminhada realizada pela escola, os projetos em andamento, deixar espaço para o diálogo. Procurar ouvir o que as famílias têm a dizer sobre a escola, os projetos e ações desenvolvidas. É bom lembrar que a participação é importante, compreender o que as famílias esperam da escola, a sua efetiva participação na vida escolar dos filhos, fator que colabora para o sucesso escolar, visar a melhoria e a qualidade do trabalho da escola.

Contar com o apoio dos pais e dos professores para oportunizar encontros entre família e escola, proporcionar a comunidade escolar momentos culturais como, eventos, piqueniques, celebrações de Páscoa e Natal, uma grande festa de São João, homenagem à família (dia das mães, dos pais e o dia da família na escola), gincana, sarau cultural, semana da Pátria, semana da criança e semana Farroupilha, feira de ciências, semana da solidariedade. Estes são momentos que possibilita olhar para habilidades que em sala de aula não podem ser observadas. São alunos, pais, tios ou avós, envolvidos, participando. Há o envolvimento de entidades e grupos sociais. A festa de São João mobiliza toda comunidade e com ampla

divulgação pelas famílias que cooperam com organização, recolhimento de ingredientes para o preparo dos comes que serão vendidos no dia da festa. Participar é muito mais do que ouvir. Ações junto à comunidade proporcionam a descoberta de pais que podem fazer muito pela escola. Assim, aos poucos vamos efetivando as parcerias tão importantes para e na escola.

Apesar da participação dos pais, na atualidade há um consenso entre educadores de que grande parte dos problemas escolares se atribui ao modo como estão organizadas as famílias de nossos alunos. Para os professores os pais terceirizaram a educação dos filhos, em especial na formação de valores. Quando muito estes pais esperam da escola cuidados especiais muito mais intensos e individualizados em relação aos seus filhos ou adolescentes.

Na realidade aspirando uma comunidade que desperte para a valorização da educação, e possam juntos lutar pelos direitos da comunidade escolar; realizamos as rodas de conversa do projeto “O cuidado consigo com o outro e com as coisas” de forma que alunos consigam compreender o sistema da escola, o porquê de determinadas regras, sanções e discutindo nos grupos porquê de determinados valores éticos, morais e sociais. Muitas respostas não temos, mas pensamos em conjunto, refletimos com os alunos e com os pais, em grupo questionamos e perguntamos “porquê” de determinados comportamentos? Na busca por respostas e possíveis mudanças.

Sendo um tema bastante amplo requer muito conhecimento e estudo. É necessário formar uma opinião e socialmente os educadores não foram formados para isso. A grande maioria procura dar sua disciplina específica sem envolver política e cobram mudanças sociais, mas pouco sabe falar de cidadania, direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. Esquecem que esta função também é da escola. Do ponto de vista de Dubet (2010, p.25):

O resultado deste raciocínio é que as instituições tem apenas outra opção que a de ser mais democrática e mais política se não quiserem contemplar como são arruinadas pela nostalgia das idades de ouro. A virtude nuclear das instituições não é a de ser sagradas, mas justas. (Traduzido por mim)

A gestão democrática de uma escola acontece no diálogo, nasce e cresce com o outro, no encontro das pessoas, na solução e articulação dos conflitos, respeitando o caráter específico da escola que está registrada no projeto político pedagógico (PPP) construído com toda comunidade escolar. Quanto mais pertencente e integrada ao ambiente escolar estiver a comunidade, mais responsável se tornará pelo processo educativo.

4.3 A DINÂMICA DO DIÁLOGO NAS RODAS DE CONVERSA

O Projeto O CUIDADO CONSIGO MESMO, COM OS OUTROS E COM AS COISAS, baseado em um estudo desenvolvido pela Equipe Diretiva apresentou algumas reflexões sobre a dinâmica de através de rodas de conversa e escuta realizadas com nas turmas. As atividades foram voltadas aos alunos e professores dos anos finais do Ensino Fundamental, com a intenção de auxiliar na construção de novas regras e possíveis sanções para atos de indisciplina, queixa frequente dos professores. Cury (2006, p.16), destaca que a escola ao elaborar as regras internas busca o diálogo e cria com o aluno as sanções disciplinares como estratégia para diminuir ou auxiliar o professor no que se tornou uma das maiores queixas, a indisciplina. Não resolve ficar somente na queixa, são necessárias atitudes. As regras só existem em função da convivência humana e da necessidade de regulá-las. Segundo Vinha e Tognetta (2008, p.11244), vamos encontrar o seguinte esclarecimento:

Os conflitos são inevitáveis em salas de aula em que a interação social e o trabalho em equipe são valorizados. Obviamente, numa escola cujo ambiente sociomoral é cooperativo, ou seja, numa classe em que as interações sociais entre os pares são favorecidas, em que os alunos tomam decisões, realizam atividades em grupos, assumem pequenas responsabilidades, fazem escolhas, etc.

Os primeiros movimentos foram em relação ao levantamento do conhecimento dos professores sobre indisciplina e infração. De fato, se o professor compreende que o conflito faz parte das relações e gastar sua energia auxiliando os

alunos a desenvolver habilidades que os auxiliem na resolução de conflitos interpessoais, como consequência irá favorecer a formação autônoma. Estas ações refletem a compreensão do espaço da escola como local de diálogo, participação, reflexão, crítica, negociação, compreensão, descobertas, ações necessárias para o exercício da cidadania contemporânea, relativo aos direitos humanos, questões ambientais e a vivência de valores e atitudes ao convívio democrático.

Nessa perspectiva, buscamos o resgate da história da Escola, ressignificando a identidade escolar e pessoal num mundo em transformação. Tendo consciência dessa complexidade, os círculos tornaram-se oportunidade de fala, de escuta, de diálogo e conhecimento tanto para alunos como para professores, na reflexão diária sobre como estes lidam com suas emoções, sentimentos e da relação com o público (escola) que representa um espaço social coletivo, buscando minimizar a violência, o bullying e destacar o direito que todo estudante tem em construir conhecimento, melhorar seu trabalho e a convivência escolar.

Através dos círculos no cuidado consigo, com o outro e com as coisas, foi possível oportunizar ao professor e ao aluno conhecer-se melhor, Vinha e Tognetto (2008, p.11246) assim conceituam sobre:

[...]a importância de se estudar e refletir com profundidade sobre esta dimensão das relações educativas tão necessárias para a realização de um trabalho construtivo na escola, para minimizar a violência, para a melhoria das interações sociais e para um maior favorecimento do desenvolvimento sociomoral de usas crianças e jovens.algo que não é possível no dia-a-dia da sala de aula. As turmas se tornam mais responsáveis na elaboração das regras e na cobrança do respeito, pois é neste espaço público, hoje obrigatório, em que as pessoas têm de conviver durante boa parte de seu dia com valores, crenças, desejos, histórias, culturas diferentes é que a escola deve desenvolver a capacidade de dialogar, desenvolvendo a tomada de consciência e a capacidade autônoma de escolhas e vivenciar o espaço escolar de forma democrática e ativa.

Com os alunos, o processo de construção de regras e sanções para atos indisciplinados passou por cinco etapas, sendo as quatro primeiras com a participação da equipe diretiva e a última com os professores conselheiros. Tal procedimento aproveitou para trabalhar a informação, esclarecendo aos alunos o que é a ação indisciplinar, como as atitudes e comportamentos refletem no dia a dia da sala de aula e a infração. A escuta individual dentro do círculo da sala de aula, propiciou aos alunos e professores experimentar refletir, discutir e analisar as

atitudes, além de trabalhar conteúdos éticos de forma transversal e interdisciplinar. A representação através de uma palavra sobre o que interfere no aproveitamento escolar, dentro da sala de aula e a elaboração de um gráfico demonstrativo por turma, oportunizou aos alunos visualizar e se responsabilizar, tomando consciência dos seus atos, transformando o coletivo. Nesse sentido ficou claro o quanto a reflexão e o diálogo colaboram sobre o resultado da análise do gráfico e elaboração de combinações e estratégias por turma e/ou disciplina para a resolução e encaminhamento das dificuldades apontadas. Com isso, não queremos obter acordo ou consenso, mas explicitar as diferenças, defender posturas e ideias muitas vezes opostas e, mesmo assim, os alunos e professores conviverem no espaço coletivo que é a sala de aula e a escola.

Os círculos tornaram-se oportunidade de escuta e conhecimento tanto para alunos como para professores, na reflexão diária sobre como estes lidam com suas emoções, sentimentos e da relação com o público (escola) que representa um espaço social coletivo, buscando minimizar a violência, o bullying e destacar o direito que todo estudante tem em construir conhecimento. Portanto, conforme Vinha e Tognetto (2008, p.11247):

[...] é preciso oferecer nas instituições educativas oportunidades frequentes para a realização de propostas de atividades sistematizadas que trabalhem os procedimentos da educação moral, tais como assembleias, discussão de dilemas, narrativas morais etc. Procedimentos estes que favoreçam a apropriação racional das normas e valores, o autoconhecimento e o conhecimento do outro, a identificação e expressão dos sentimentos, a aprendizagem de formas mais justas e eficazes de resolver conflitos e, conseqüentemente, o desenvolvimento da autonomia.

A escola e a sala de aula são importantes espaços para o trabalho de formação como os círculos de cuidado de si, do outro e das coisas. Os círculos, atualmente, são solicitados pelos alunos sempre que se deparam com uma situação que não conseguem resolver sozinhos. Um exemplo, a turma 81 recebeu da professora de religião no início do ano o contrato didático, elaborado com a turma, mas no decorrer do ano alguns alunos inconformados com os resultados das avaliações solicitaram os círculos onde, alunos, professora e escola colocaram cada uma as suas questões, trazendo no diálogo e da troca de saberes as respostas que estavam em aberto. Assim vivenciando o diálogo que liga em vez de separar, que

ensina a ouvir, trazendo à tona novas ideias e significados para as questões que surgem.

5 CONCLUSÃO

A relação que podemos estabelecer entre Formação de sujeitos, diversidade e direito à educação é que ambos se entrelaçam, porque todos têm direito à educação e no seu âmago está o direito a formação de sujeitos capazes de compreender e aceitar a diversidade.

Portanto, pensar a sociedade é rever padrões e conceitos, em especial da igualdade na diferença. O que isto significa? De que é necessário superar as desigualdades, valorizando a diversidade cultural presente e problematizar as questões sociais considerando direitos e deveres. Penso que a gestão escolar, ao abrir caminho para a diversidade, permite que esta adentre o espaço escolar e supere desafio.

Construir a partir destas formas de inovar e permitir que aos poucos as regras de convivência e as normas estabelecidas pela escola sejam modificadas e cumpridas, até porque foram amplamente discutidas entre a comunidade escolar, foram aceitas e criadas por eles, sendo que determinadas atitudes são levadas para dentro de casa e ao convívio social. O diálogo e respeito no trato e cuidado de um para com o outro buscando melhorar a convivência, na tentativa de colocar-se no lugar do outro; fazer uma crítica requer que haja auto análise, proposta de uma avaliação formativa que visa a democracia. Um forte desejo que buscamos como escola.

Atualmente caminhamos nesta construção em conjunto, com uma gestão aberta ao diálogo. Aproximar as famílias da escola, não somente para reclamar dos filhos, mas, para mostrar seus talentos e suas habilidades, despertando para a compreensão da proposta do Projeto Político Pedagógica e assim desenvolvendo conhecimento. Trazer as famílias para palestras, ações que viabilizem o diálogo como forma de solução para os conflitos, construção de valores, regras e novas

atitudes. Pensar no desenvolvimento da cidadania e a qualidade de vida das pessoas que frequentam a comunidade escolar, sempre tendo presente o Projeto Político Pedagógico.

Gestão compartilhada não significa ficar no espaço escolar, mas sim sair deste espaço e buscar no município e no estado articular saberes e necessidades que possibilitem novas relações que venham a contribuir com o desafio da escola de melhorar a qualidade do ensino e qualidade de vida para a comunidade escolar. Romper com paradigmas e diminuir as desigualdades e especialmente o que mais preocupa a sociedade atualmente que é a violência, tornar a criança e o jovem crítico com novas posturas, que saiba realizar suas escolhas na vida de forma saudável sem prejudicar a si mesmo, aos outros e as coisas ao seu redor. Este é o intuito que temos com as rodas de conversa que precisam ser aceitas pelos professores e visto como uma potência para mudança de atitude e possibilidade de diálogo, mas isto ainda está difícil com alguns professores que apresentam forte resistência a mudanças.

Aqui considero a formação continuada uma possibilidade de estudar e pesquisar como forma de fortalecer o trabalho do professor, pois hoje exige-se do professor que auxilie o aluno na aprendizagem e ao mesmo tempo, favoreça seu desenvolvimento sociomoral, habilidade capaz de dar conta de ensinar e cuidar. Mas o professor não está preparado, sente-se impotente e inseguro, diante dos conflitos, desconhece como poderia intervir de forma construtiva. Até por que sua formação inicial não lhe proporcionou tal conhecimento. Ressalto aqui a forte resistência em ser autor de mudanças, considerando que estas precisam vir de fora, e nem sempre surtindo a tão desejada mudança.

Considero que o diálogo é uma grande potência na educação. O ensino precisa acontecer no diálogo entre professor e aluno e entre professores e toda comunidade escolar, assim as relações serão de forças na construção de conhecimento, de superação de desafios e de conquistas de sucesso, alguns fatores de assertivas só fazem sentido porque este diálogo foi realizado no espaço da escola. O professor na convivência, como criador e sentindo-se pertencente ao espaço escolar deve problematizar os discursos do cotidiano escolar para tentar buscar possíveis soluções que colaborem para o sucesso de toda comunidade

escolar. Aqui deixo meu desejo de continuar trabalhando e pesquisando sobre a potência do erro na superação dos desafios diários ancorada no diálogo como força para qualquer desafio.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Júlio Groppa. **Indisciplina: o contraponto das escolas democráticas**. São Paulo, ed. Moderna, 2003.

BECKER, Fernando; MARQUES, Tania Beatriz Iwaszko. **Ser Professor é ser Pesquisador**. Porto Alegre: Mediação, 2007.

BORTOLINI, Jairo César. **O Papel do Diretor na Gestão Democrática: Desafios e possibilidades na prática da gestão escolar**. Interletras, vol.3, Ed. 17, abr/set 2013.

BASTOS, João Baptista. **Gestão Democrática da educação e da escola pública em Práticas quotidianas: Questões teóricas e metodológicas da pesquisa**. In: GARCIA, R. L. & SERRALHEIROS, J. P. (orgs.) *Afinal onde está a escola?* Porto: Profedições, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. 2013.

_____. Ministério da Educação. **Gestão Democrática da Educação**. Boletim 19. Outubro 2005.

_____. Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

_____. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília: 1996.

CARDOSO, Ângela Maria Borba. **Pareceres Descritivos: mo(n)strando a avaliação do escolar.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. (Série Conhecimento. Teses e Dissertações, 9).

CORAZZA, Sandra Mara. **O que quer um Currículo?** Pesquisa pós-críticas em Educação. 3.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

Cury, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação: um Campo de Atuação do Gestor Educacional na Escola.** Brasília: Ministério da Educação, 2006. Disponível em <<http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/jamilcury.pdf> > Acesso em 4 de maio de 2015.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania.** Papirus Editora, 1994.

DUBET, François. **Quando o Sociólogo quer Saber o que é ser Professor:** entrevista com François Dubet. São Paulo, Revista Brasileira de Educação, n. 5, maio/ago. 1997, p. 222-231.

_____. **Crisis de la transmisión y declive de la institución.** Política y Sociedad, 2010, vol. 47, nº 2: 15-25.

ESTEBAN, Maria Teresa. **O que sabe quem erra?** 2 ed. Petrópolis, RJ: De Petrus et Alii, 2013.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia da Pesquisa-Ação.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.

FREIRE, Madalena. **Observação, Registro, Reflexão:** Instrumentos Metodológicos I. 3 ed. São Paulo: Artcolor, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. Carta-prefácio de Balduino A. Andreola. São Paulo: Editora UNESP, 2000, p.67.

_____. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas Atuais da Educação.** São Paulo Perspec. vol.14 nº.2 São Paulo Apr. /June 2000. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392000000200002>

GALINA, Irene de Fátima. **Instâncias Colegiadas: Espaços de Participação na Gestão Democrática da Escola Pública.** Maringá, 2007. Acessado em

GANDIN, Danilo. **Planejamento: como prática educativa.** São Paulo: Edições Loyola, 2013.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2 ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: Unesco, 2000.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Estadual de Ensino Fundamental Irmã Branca. Lajeado, 2012.

REGIMENTO ESCOLAR. Escola Estadual de Ensino Fundamental Irmã Branca. Lajeado, 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Como fazer pesquisa ação?** Disponível em: <http://jarry.sites.uol.com.br/pesquisacao.htm>. acesso em 05/11/2014.

RICHTER, Cirene da Silva. **Conselho de Classe**: um momento de reflexão das práticas avaliativas. Paraná. 2008.

SARAIVA, Lisiane Alvim. WAGNER, Adriana. **A Relação Família-Escola sob Ótica de Professores e Pais de Crianças que Frequentam o Ensino Fundamental**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 21, n. 81, p. 739-772, out./dez. 2013.

SAUL, Ana Maria. **Referenciais Freireanos para a Prática da Avaliação**. Revista de Educação. PUC-Campinas, Campinas, n.25, p/17-24, novembro 2008.

_____. **Avaliação Emancipatória: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

THOMA, Adriana da Silva, Rech, Tatiana Luiza. **A constituição de identidades e da diferença surda em processos de avaliação escolar.** In: 3º SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO, 2008, Canoas. Anais...Canoas: PGEDU/ULBRA, 2008. 1 CD-ROM.

TRAVERSINI, Clarice Salete. **O Desencaixe como Forma de Existência da Escola Contemporânea.** Apresentado na mesa-redonda “Desencaixes da escola contemporânea: desafio a superar?”. 4º SBECE- 1º SIECE, 23-25/05/2011. Canoas: ULBRA, 2011, 12p.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** São Paulo: Libertad, 2002.

VASCONCELLOS, Celso. **Avaliação:** concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. Construção do conhecimento em sala de aula. São Paulo: Libertad, 1998.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma construção possível.** 15 ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.

_____. **A Escola em Debate:** gestão, projeto político-pedagógico e avaliação. Revista Retratos da Escola, Brasília: CNTE, v. 7, n. 12, p. 159-166, jan./jun. 2013.

VINHA, T. P.; TOGNETTA, L. R. P. **A Construção da autonomia moral na escola: A Intervenção nos conflitos interpessoais e a aprendizagem dos valores.** 2008. http://www.forpedi.com.br/downloads/forpedi_anexo_0509121441320.pdf. acesso:14/12/2015.

VIRGINIO, Alexandre Silva. **O Dialogo no caminho da formação continuada de professores.** In: XII Fórum de Estudos Leituras de Paulo Freire, 20 à 22 de maio de 2010, Porto Alegre, PUCRS, comunicação oral.

_____. **Ecologia de Saberes e Formação de Professores: A qualidade da educação em bases comunitárias.** In: 1º Congresso da Associação Internacional das Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa, 2015.